XENOFOBIA EM DEBATE: ATIVIDADE EDUCATIVA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

SILVA, B. L. M.[1]; MEDEIROS, E. S.[2]; AMORIM, M. F.[3]; DURÃES, R. I. S.[4]; KLEN, E. R.[5]

RESUMO

Este trabalho relata uma experiência extensionista desenvolvida pelo Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes: Comunidades Populares e Urbanas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), voltada a estudantes do primeiro ano do Ensino Médio de uma escola da Grande Florianópolis. A ação consistiu em uma atividade educativa intitulada "Xenofobia: como lidamos com as diferenças?", com o objetivo de promover reflexão coletiva sobre o conceito de xenofobia, seus fundamentos histórico-sociais no Brasil e seus impactos sobre a convivência escolar. A proposta foi planejada a partir das Metodologias Ativas, posicionando os estudantes como sujeitos centrais do processo educativo. A metodologia envolveu a dinâmica do barbante, que evidenciou as interconexões entre os participantes, seguida de discussão em grupos mediados por graduandos, nos quais foram utilizados imagens, notícias e questões norteadoras como materiais disparadores da reflexão. As discussões abordaram comportamentos como xenofobia racializada, comportamento de manada e as formas cotidianas de lidar com a diferença. Como resultado, observou-se maior engajamento dos estudantes no debate sobre diversidade cultural, étnico-racial e regional, além da ampliação do repertório crítico sobre direitos humanos e justiça social. A experiência demonstrou que o ambiente escolar é um espaço privilegiado para a construção dialógica do conhecimento e para a desconstrução de preconceitos estruturais, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e do respeito às diferenças.

Palavras-chave: xenofobia; diversidade; direitos humanos.

1 INTRODUÇÃO

A xenofobia, entendida como atitude de rejeição, exclusão e difamação de pessoas com base na percepção de que são estrangeiras à comunidade nacional (ACNUR), configura-se como uma das manifestações de preconceito mais presentes no cotidiano brasileiro. Suas raízes estão profundamente ligadas ao processo histórico de colonização

[1] Bianca Leslie Moreira Silva, estudante de graduação [Psicologia].
[2] Elle de Sousa Medeiros, estudante de graduação [Psicologia] [Apresentadore].
[3] Mateus Ferreira Amorim, estudante de graduação [Psicologia] [Apresentador].
[4] Rafael Inácio da Silva Durães, professor da educação básica [Língua Portuguesa e Literatura].
[5] Edmilson Rampazzo Klen, docente [Coordenador].

do país, no qual a hierarquização racial fundamentou relações sociais marcadas pela exclusão de africanos, afro-brasileiros, indígenas, nordestinos e outras populações historicamente marginalizadas (Faustino & Oliveira, 2021).

Diante desse contexto, o ambiente escolar revela-se como um espaço privilegiado para a promoção de reflexões críticas sobre diversidade e respeito às diferenças. Vencato (2014) destaca que a escola é um importante meio de sociabilidade de crianças e adolescentes, tornando-se fundamental para a discussão sobre as múltiplas origens culturais e os diferentes modos de estar no mundo. A Lei 10.639/03 e a Resolução nº 1/2012 do Conselho Nacional de Educação reforçam a obrigatoriedade de se abordar a história e a cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, reconhecendo este como um território de disputa de identidades e pertencimentos (Couto & Risso, 2024).

Nesse sentido, o PET Conexões de Saberes — Comunidades Populares e Urbanas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desenvolveu uma ação extensionista voltada a estudantes do primeiro ano do Ensino Médio de uma escola da Grande Florianópolis. O público envolvido foi composto por adolescentes em fase de formação crítica e social, para os quais se buscou criar condições de reflexão ativa sobre xenofobia, racismo e relações de poder. O objetivo geral da atividade foi promover coletivamente a reflexão sobre o conceito de xenofobia, estimulando o diálogo sobre seus malefícios, como combatê-la, os processos históricos de exclusão e o desenvolvimento de uma consciência voltada para os direitos humanos e a justiça social.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A atividade foi desenvolvida com base nos princípios das Metodologias Ativas, que propõem o protagonismo do estudante no processo de ensino-aprendizagem, valorizando suas experiências e saberes como ponto de partida para a construção coletiva do conhecimento (Diesel et al., 2017). Buscou-se afastar-se de um modelo pautado na transmissão mecânica de conteúdos, priorizando um ambiente seguro para o diálogo, a escuta ativa e a reflexão crítica.

Na semana anterior à intervenção, o professor responsável pela turma realizou uma aula introdutória na qual o conto “Uma vela para Dário” de Dalton Trevisan foi trabalhado, a fim de contextualizar o tema e levantar os conhecimentos prévios dos estudantes. No dia da atividade, a equipe, composta por estudantes de graduação vinculados ao PET e supervisionados pelo tutor, chegou à escola previamente para preparar a sala, organizando as cadeiras de forma a favorecer a roda de conversa.

A intervenção teve duração aproximada de 80 a 90 minutos e foi estruturada em três etapas principais. Na abertura (aproximadamente 10 minutos), os facilitadores se apresentaram e explicaram os propósitos da atividade, reforçando os princípios de participação voluntária, sigilo e respeito. Na sequência, foi realizada a dinâmica do barbante (15 a 20 minutos), na qual os participantes formaram uma teia de conexões a partir de afinidades identificadas durante a apresentação pessoal. A dinâmica evidenciou visualmente as interligações entre os estudantes, servindo de ponto de partida para reflexões sobre o impacto da exclusão: "O que acontece com a nossa rede se um fio se solta ou se alguém é excluído?" e "Como a diversidade de histórias e culturas fortalece a conexão entre todos nós?"

No desenvolvimento (35 a 40 minutos), a turma foi dividida em cinco grupos, cada um mediado por um graduando. Foram distribuídos cartões temáticos, imagens e notícias relacionadas à xenofobia como materiais disparadores. As perguntas norteadoras incluíram: "O que vem à cabeça quando você escuta a palavra xenofobia?", "O que faz um grupo acreditar que o outro é menos pertencente?" e "Como combater a xenofobia no dia a dia?". Cada grupo registrou palavras-chave, que posteriormente foram compartilhadas na grande roda. Na síntese final (5 minutos), os estudantes foram convidados a revisitar as ideias inicialmente registradas, refletindo sobre o que fazia sentido manter, substituir ou aprofundar. Ao final, foi solicitado um feedback rápido sobre a experiência.

Os materiais utilizados foram: cartolinas, canetões, barbante, post-its, imagens impressas e notícias jornalísticas relacionadas à xenofobia. O referencial teórico que embasou a ação incluiu contribuições da Psicologia Escolar e Educacional (CFP, 2019), das Metodologias Ativas (Diesel et al., 2017) e das perspectivas sobre xenofobia racializada no Brasil (Faustino & Oliveira, 2021; Kohatsu & Saito, 2022). A experiência trouxe aprendizados importantes para a equipe: a necessidade de flexibilizar o roteiro conforme as demandas da turma, a importância de acolher falas inesperadas com escuta genuína e a valorização do saber dos estudantes como elemento central da prática extensionista.

3 DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES

A experiência evidenciou que a abordagem dialógica proposta pelas Metodologias Ativas mostrou-se eficaz para engajar os estudantes em uma reflexão genuína sobre xenofobia. Paula e Branco (2022) argumentam que o diálogo, enquanto processo

interativo, possibilita a negociação de perspectivas e a construção de novos caminhos para o desenvolvimento humano, e essa dinâmica foi claramente observada durante a atividade. Os estudantes demonstraram conhecimentos prévios sobre o tema e apresentaram exemplos de vivências cotidianas que articulavam xenofobia, racismo e comportamentos de exclusão, revelando a pertinência da temática para aquele público.

Entre os desafios encontrados, destacou-se a necessidade de mediar falas que reproduziam, ainda que de forma não intencional, discursos xenofóbicos ou naturalizados da exclusão. Esse desafio foi também uma oportunidade pedagógica, pois permitiu que a própria turma participasse da desconstrução de tais ideias, com o suporte dos facilitadores. Outro ponto de atenção foi o tempo limitado da intervenção, que não permitiu aprofundar todos os aspectos levantados pelos estudantes.

Como indicadores de impacto, a ação envolveu diretamente uma turma do primeiro ano do Ensino Médio, com participação ativa de todos os estudantes presentes. A dinâmica do barbante e as discussões em grupo geraram engajamento coletivo e, conforme os feedbacks verbais ao final da atividade, os estudantes relataram ter ampliado sua compreensão sobre o tema e refletido sobre situações do cotidiano escolar que antes não reconheciam como xenofóbicas.

É fundamental diferenciar esta prática extensionista de uma capacitação técnica interna: o foco da ação foi a entrega de uma experiência formativa significativa à comunidade escolar, por meio de uma relação dialógica entre universidade e escola básica. A interação não se restringiu à transmissão de conteúdos acadêmicos, mas contemplou a escuta, o acolhimento e a construção coletiva de saberes. Perspectivas futuras incluem a realização de novas edições com outras turmas, a incorporação de materiais audiovisuais e a articulação com professores de diferentes disciplinas para a integração do tema ao currículo de forma transversal, em consonância com a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

Brasil. (1997). Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. Altera os arts. 1º e 20º da Lei nº 7.716/1989. Brasília: Casa Civil.

Brasil. (2003). Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir a temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

Conselho Federal de Psicologia. (2019). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica (2ª ed.). CFP.

Conselho Nacional de Educação. (2012). Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC.

Couto, S. M. S., & Risso, L. C. (2024). Por uma educação antirracista: Plano de ação para inserção da Lei 10.639/03 no cotidiano escolar. Boletim Paulista de Geografia, (111), 243–266.

Diesel, A., Baldez, A. L. S., & Martins, S. N. (2017). Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. Revista Thema, 14(1), 268–288. http://dx.doi.org/10.15536/thema.14.2017.268-288.404

Faustino, D. M., & Oliveira, L. M. D. (2021). Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 29(63), 193–210.

Kohatsu, L. N., & Saito, G. K. (2022). Xenofobia na escola pública: A perspectiva dos estudantes do Ensino Médio. Psicoperspectivas, 21(1), 137–148.

Paula, L. D., & Branco, A. U. (2022). Desconstrução de preconceitos na escola: o papel das práticas dialógicas. Estudos de Psicologia (Campinas), 39, e200216. https://doi.org/10.1590/1982-0275202039e200216

Vencato, A. P. (2014). Diferenças na escola. In R. Miskolci & J. L. Junior (Orgs.), Diferenças na educação: outros aprendizados (pp. 19–56). EDUFSCar.